



Instituição de Utilidade Pública

# **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BRIDGE**

## **Relatório de Gestão do Exercício de 2022**

Direcção

---



Instituição de Utilidade Pública

## **Relatório de Actividades**

### **Balanço**

### **Demonstração dos Resultados por Natureza**

### **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

### **Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais**

#### **Anexos:**

##### **I – Demonstrações Financeiras**

##### **II - Mapa de Gastos e Rendimentos**

##### **III - Certificação Legal das Contas**

##### **IV - Parecer do Conselho Fiscal**

Direcção

---



Instituição de Utilidade Pública

# Relatório de Actividades

Direcção

---

## 1 - Introdução

No cumprimento dos preceitos estatutários, a Direcção da Federação Portuguesa de Bridge (FPB) apresenta à Assembleia Geral o Relatório de Actividades e os documentos de prestação de contas, relativos ao exercício de 2022.

As restrições derivadas da pandemia mantiveram-se até final de Abril de 2022 o que continuou a afectar de forma negativa a nossa modalidade, dada a senioridade da maioria dos seus praticantes, e o facto de as provas serem realizadas em espaços fechados.

Diga-se também, que as sucessivas polémicas em torno da aplicação e da interpretação das medidas de contenção e controlo, com base nas normas emanadas pela DGS, em nada contribuiu para estabelecer a confiança e o retomar da prática da modalidade.

Devido às restrições as provas do início do ano foram realizadas online, e à medida que as mesmas iam sendo levantadas, foi possível, a partir de Março, passar a realizar presencialmente todas as restantes provas do calendário desportivo.

## 2 - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

### 2.1 - Actividade Desportiva

#### A) Estatutos e Regulamentos Federativos

Em 2022, no quadro do processo de renovação do Estatuto de Utilidade Pública Desportiva desta Federação, iniciado no final de 2021, foi necessário proceder, por recomendação do IPDJ, a um conjunto de alterações, e/ ou rectificações nos seguintes Regulamentos:

- Regulamento de Disciplina e Ética Desportiva – revistos os Artigo 18º (Suspensão da Actividade Desportiva) Artigo 19º (Inabilitação para o exercício de cargos ou funções desportivas ou dirigentes), de acordo com a orientação emanada do IPDJ.
- Regulamento Eleitoral – adequados às recomendações do IPDJ os seguintes artigos: artº 2 (Mandato); artº 9 (Regime de Eleição); artº 22 (Regras Específicas) e artº 27 (Apuramento de Resultados).
- Regulamento de Prevenção da Violência (RPV) da Federação Portuguesa de Bridge – ao abrigo do artigo 5.º, da Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, na sua redação atual, e em diálogo com a APCVD procedemos a uma revisão alargada deste Regulamento adaptando-o à realidade da modalidade do Bridge.

Concomitantemente, foi também necessário adequar os Estatutos da FPB, por não conformidade, com a mais recente versão do Regime Jurídico das Federações Desportivas.

Nesse sentido, foram feitas e aprovadas as alterações aos artigos 38º (Incompatibilidades); 41º (Cessação de Funções), 48º (Eleição e Designação dos Delegados) e 79º (Casos Omissos).

Por fim, com base na revisão da Orientação 11/2021 de 13/09/2021, actualizada a 28 de Abril de 2022, sob o tema **COVID-19: Utilização de Máscaras**, através da qual a DGS revogou as Normas até então aplicáveis, decidiu a Direcção da FPB através da sua Circular de Informação (CI) nº 5 de 2022, com data de 28 de Abril, revogar as suas anteriores CI's nº 3 de 2020, nº 8 de 2021, e nº 4 de 2022, bem como as respectivas revisões, nas quais se estabeleciam as **NORMAS E PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA COVID-19 NA PRÁTICA DO BRIDGE**.

#### B) Campeonatos Nacionais

Em 2022, foram organizadas, directamente pela FPB, as seguintes provas nacionais:

- Campeonato Nacional de Pares Seniores - Apuramento online (26 pares)  
- Fase Final presencial (16 pares)
- Campeonato Nacional de Pares Mistos – online (22 pares)
- Campeonato Nacional de Equipas Mistas (11 equipas)
- Campeonato Nacional de Clubes da 1ª Divisão (8 equipas)
- Campeonato Nacional de Clubes da 2ª Divisão (6 equipas)
- Campeonato Nacional de Equipas de 2'as Categorias (4 equipas)

Direcção



#### Instituição de Utilidade Pública

- Campeonato Nacional de Equipas Open (16 equipas)
- Taça de Portugal (12 equipas)
- Campeonato Nacional de Pares por IMP's (24 pares)

A fase de apuramento dos Campeonatos Nacionais de Equipas Open, o Campeonato Nacional de Pares por IMP's foram organizadas pela ARBN, por delegação da Federação, e realizaram-se no Clube de Bridge do Porto.

O Campeonato Nacional de Pares Open não se realizou por falta de quórum, apesar de terem sido feitas duas tentativas em datas diferentes (Maio e Novembro) e em locais diferentes (Lisboa e Coimbra). De igual modo, o Campeonato Nacional de Pares Femininos não se realizou, numa primeira data por falta de quórum, e posteriormente por falta de datas.

#### C) Campeonatos Europeus de Equipas Nacionais

A 8 de Fevereiro de 2022, a European Bridge League (EBL) oficializa e confirma a realização dos 55th EUROPEAN BRIDGE TEAM CHAMPIONSHIPS, dos 11th European Women's National Pairs Championship, e dos 9th European Seniors' National Pairs Championship no Funchal (Madeira), de 12 a 22 de Junho.

Inicialmente previstos para 2020, e após dois adiamentos em anos sucessivos, provocados pela pandemia, foi possível, manter o Funchal como local de realização destes campeonatos, numa organização conjunta da EBL, da Federação Portuguesa de Bridge (FPB) e da Associação de Bridge da Madeira (ABM).

Isto apesar da quebra no apoio do Governo Regional da Madeira, entretanto verificada, a qual foi compensada em grande parte pela EBL, que assumiu a maior fatia dos custos, e pelo apoio da Junta Regional de Turismo da Madeira, e em menor grau os apoios do IPDJ e da Câmara Municipal do Funchal, garantindo assim os necessários recursos, num orçamento revisto em baixa.

Na competição, estiveram presentes um total de 90 selecções nas 4 modalidades em representação de 30 países. Portugal foi um dos 14 países que participou com equipas em todas as 4 categorias: Open, Femininas, Seniores e Mistas.

Em termos de resultados alcançados merece destaque especial a Equipa Open que alcançou um mérito 10º lugar, entre as 30 selecções em competição, sendo este um dos melhores resultados alcançados por uma formação nacional, naquela que é a categoria principal.

A equipa foi capitaneada por Rui Pinto e constituída por António Palma, Paulo Dias, João Barbosa, Paulo Sarmiento, Miguel Lima e José António Pereira de Sousa.

Quanto às restantes equipas nacionais, a Feminina classificou-se em 13º entre as 19 que participaram, a de Seniores em 18º, entre os 19 países em competição, enquanto a Equipa Mista alcançou o 13º lugar, entre as 22 participantes.

Estas equipas foram constituídas por:

- Feminina: Anabela Oliveira / Ana Magalhães Pereira; Mariana Leitão / Rita Russo; Joana Brígido / Isabel Fonseca, capitaneadas por Álvaro Chaves Rosa
- Sénior: Jorge Cruzeiro / Jorge M. Santos; Acácio Figueiredo / João Paulo R. Pinto; Luís Castaño (capitão) / Carlos Luiz
- Mista: Sofia Pessoa / Juliano Barbosa; Alexandra Rosado / Paulo G. Pereira; Maria João Lara / Manuel Capucho, capitaneados por João Paes de Carvalho

Os campeonatos foram unanimemente considerados um sucesso, para o que muito contribuíram a experiência e conhecimento na organização de eventos internacionais de Bridge, do organizador local, Miguel Teixeira.

Este êxito não teria sido possível sem o contributo e o esforço de uma vasta equipa que assegurou que tudo decorresse da melhor forma, a saber:

Duplicadores: Pedro Cabrita e Frederico Palma.

Operadores Vugraph: João Amaral; Bruna Vicente; João Fanha; Pedro Madeira; António machado; marco Teixeira; Luís Silva e Nuno Pereira.

Caddies: Carolina Teixeira; Dara Barradas; Nádia Abreu; Jorge Marques; Dália Marques; Álvaro Machado; Eduardo Fernandes; Matilde Silva; Maria Oliveira; Nuno Leonardo e Sara Abreu.

Direcção

---



Instituição de Utilidade Pública

Montagem: Bruno Bacanhim e Afonso Gonçalves.

Hospitality Desk: Betty Góis e Pedro Nunes.

#### **D) Campeonatos do Mundo de Equipas**

Portugal esteve representado nos 45th WORLD TEAM CHAMPIONSHIPS, através da Selecção Nacional Mista, por classificação directa, e pela Selecção Nacional Feminina, por repescagem.

Os campeonatos tiveram lugar em Salsomaggiore, Itália, de 27 de Março a 9 de Abril de 2022, dos quais destacamos o comportamento meritório da Equipa Feminina ao classificar-se em 13º lugar entre as 24 equipas presentes, em representação de todos os continentes. Mais meritório se torna este desempenho, ao sabermos que competiram com apenas 2 pares, enquanto todas as restantes equipas tinham 3 pares inscritos.

Por seu lado, a Equipa Mista alcançou o 15º lugar, entre as 24 selecções em competição.

As equipas foram constituídas por:

- Mistos: Sofia Costa Pessoa / Juliano Barbosa / Alexandra Rosado / Paulo Gonçalves Pereira / Ana Brito e João Paes de Carvalho com Player Captain
- Feminina: Anabela Oliveira / Ana Magalhães Pereira; Mariana Leitão / Rita Russo capitaneadas por Álvaro Chaves Rosa

#### **E) Campeonatos da Europa de Sub 31**

Tiveram lugar nos Países Baixos, em Veldhoven, de 19 a 26 de Julho de 2022, os 28th European Youth Team Championships.

Uma nova categoria de Sub 31, entretanto criada pela EBL, permitiu que Portugal tivesse uma equipa presente constituída por Francisco Pereira Coutinho / João Vieira / Jose Nuno Moraes / Miguel Ribeiro / Rita Arraiano / Rui Valdemar, capitaneada por João Fanha.

A classificação final foi a de 15ª entre as 16 selecções presentes.

#### **F) Núcleo de Alta Competição (NAC)**

No que respeita à actividade do NAC Feminino, mantiveram-se as ações de preparação regulares (teóricas e práticas), ministradas por António Palma aos dois pares já existentes do ano transacto, e por Álvaro Chaves Rosa ao 3º par constituído no final do ano anterior.

A actividade completou-se com a participação regular em treinos online:

- Entre a equipa;
- Contra equipas estrangeiras, incluindo o EBL Women's Teams Online Series

Esta preparação teve uma carga maior a partir do momento que a equipa foi apurada por repescagem para jogar o Venice Cup em Itália. (Cf. Supra).

No que respeita à Open, o NAC ficou constituído pelos 3 pares seleccionados, tendo os respectivos trabalhos de preparação decorrido sob a orientação do Seleccionador Nacional Rui Pinto, com o apoio de Álvaro Chaves Rosa.

#### **G) Provas Online**

Devido às restrições de circulação e de reunião que vigoraram até final de Abril, as provas online tiveram uma elevada participação, nomeadamente as de clubes.

Como referido anteriormente, a FPB organizou duas das provas do seu calendário na plataforma Real Bridge.

Em paralelo mantiveram-se os torneios semanais da FPB na plataforma FUN BRIDGE, da Goto Games.

O BBO continuou também a ser uma ferramenta muito utilizada, a esmagadora maioria das vezes de forma gratuita, enquanto no Real Bridge foram homologadas 312 provas, com a correspondente atribuição de pontos.

Direcção

---



Instituição de Utilidade Pública

## H) Arbitragem

Merece especial destaque a participação dos Árbitros portugueses José Júlio Curado (Árbitro Internacional), e Pedro Álvares Ribeiro (Árbitro Nacional) nos 55th ENTC do Funchal, integrando a equipa internacional de TD's que esteve presente na Madeira, e que muito contribuíram para o êxito destes campeonatos.

Entre 15 e 18 de Setembro de 2022, a expensas da FPB, José Júlio Curado participou no EBL Max Bavin TD Course – que teve lugar em Varsóvia, Polónia, onde deu continuidade ao seu processo de formação e aquisição de conhecimentos dentro da estrutura europeia.

## I) Grande Prémio de Portugal

A Direcção decidiu não realizar o Grande Prémio de Portugal, por considerar não estarem reunidas as necessárias condições, nomeadamente a ausência de candidaturas, e por ser um ano muito sobrecarregado com a realização dos Europeus no Funchal.

## **2.2 - Medidas Estruturantes**

### A) Divulgação do Bridge

A divulgação do Bridge fez-se por duas vias:

- Procurando aproveitar a realização dos Europeus em Portugal, mas cujo impacto e visibilidade a nível nacional foi quase nulo, excepto a divulgação feita na Antena 1, com 3 spots diários de 20 sec cada. Excepção também para a boa cobertura mediática obtida na Região da Madeira, com ampla divulgação local.
- através dos contactos com entidades públicas e privadas, sem que tivessem sido obtidos quaisquer resultados.

### B) Captação e Fidelização de Praticantes

Depois de um período muito complicado, em que a pandemia impactou negativamente a nossa actividade, o ano 2022 representou um crescimento de 7,4% no número de praticantes federados (802 vs 747).

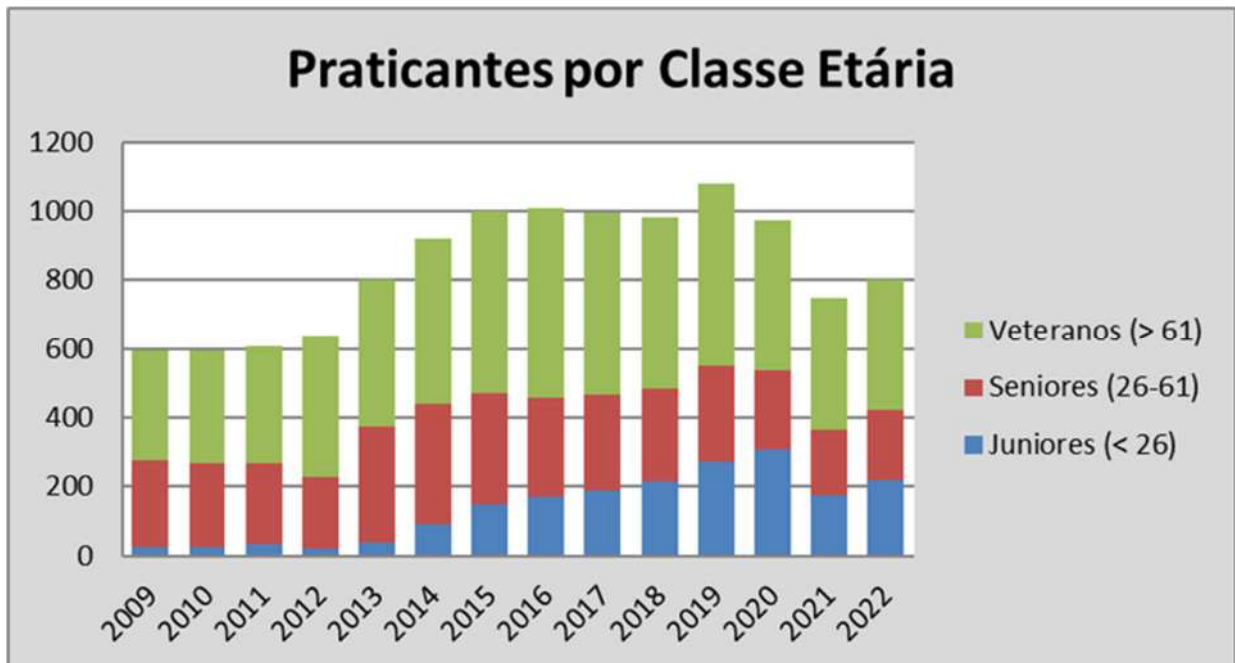
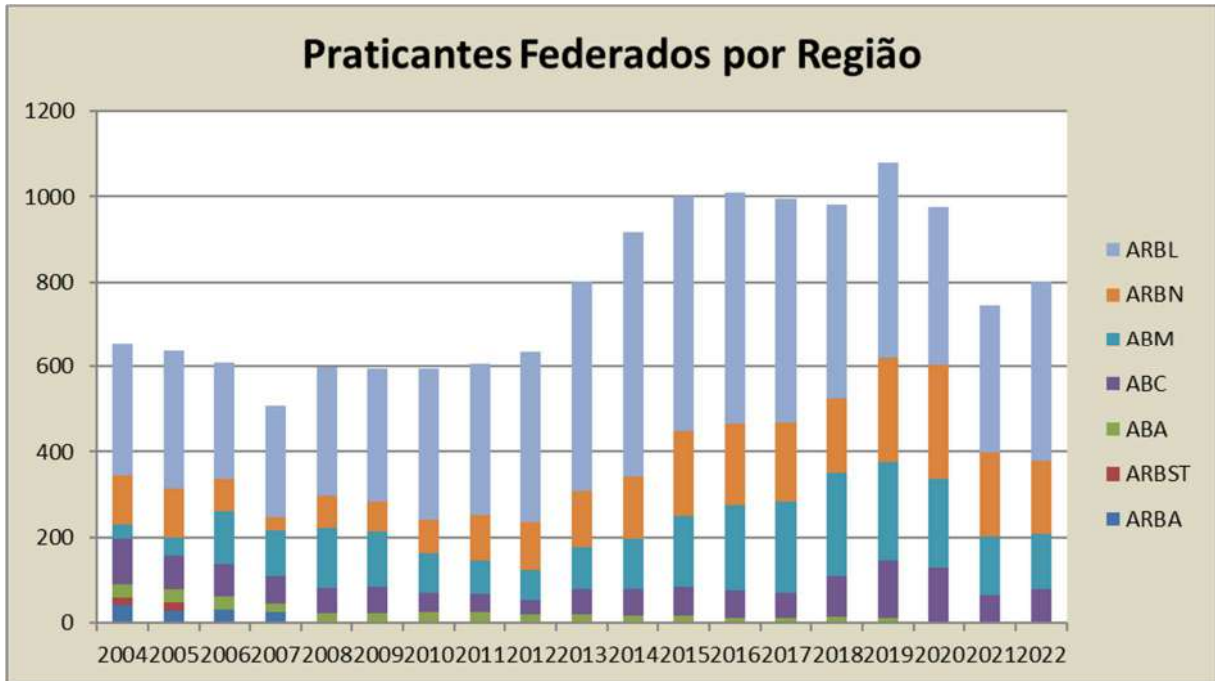
Este crescimento é tanto mais significativo quanto o facto de uma larga maioria dos clubes não ter qualquer actividade conhecida durante 2022, o não funcionamento de uma das Associações Regionais, que se manteve inoperacional praticamente o ano todo, e da constatação de um número significativo de praticantes mais seniores terem deixados de jogar ou participar em provas presenciais.

Daqui resultou que 139 praticantes não renovaram a sua licença, no que foi compensado com 111 novos licenciamentos e 84 recuperações.

Deduzindo os falecimentos (3), obtemos o saldo líquido de 55 praticantes em 2022.

Quanto à distribuição dos praticantes federados pelos diferentes escalões etários constata-se uma quebra no peso relativo dos Veteranos (> 61 anos) de 51,3% para 47,3% do total, a manutenção da estabilidade dos Seniores (26 – 61) à volta dos 25%, e um ganho relativo no segmento dos Júniores (< 26) de 23,2% para 27,4% do total.

Na página seguinte, apresenta-se em forma de gráficos, a evolução dos praticantes por Região e por Classe Etária, de 2004 a 2022.





## RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2022

### C) Clubes de Bridge

Em 2022, não tiveram praticantes licenciados os seguintes clubes: Clube de Ténis do Estoril (CTE), o Clube Galitos de Aveiro (CGA), o Clube de Bridge da Figueira da Foz (CBFF), o Centro Norton de Matos (CNM) e o Clube de Leça.

Filiaram-se dois novos clubes, ambos da Associação Regional de Bridge de Lisboa (ARBL), designados de Clube de Bridge de Lisboa e Dama de Espadas.

Globalmente, a FPB passou a contar com 33 Clubes filiados, mais um do que no ano anterior.

### D) Formação

Como resultado das restrições orçamentais motivadas pelos grandes encargos assumidos com a organização e participação nas provas internacionais atrás referidas, o apoio financeiro à formação ficou limitado ao Bridge Escolar e à formação de árbitros.

No âmbito do projecto de desenvolvimento da prática desportiva juvenil, os apoios financeiros concedidos foram de 5.005,53 €, destinados ao Programa “Iniciação e Aperfeiçoamento à Prática do Bridge”.

No âmbito da formação de árbitros, foram realizadas as ações de formação referidas no ponto 2.1 G), com um custo global de 1.397,83 €.

## 2.3 - Gestão Administrativa

A gestão administrativa continuou a ser assegurada por um colaborador em regime de prestação de serviços, sob a orientação do Vogal da Direcção responsável pela área financeira.

## 2.4 - Relação com Filiados e Praticantes

Mantiveram-se os meios tradicionais de comunicação:

- a) Mailings para divulgação dos Campeonatos Nacionais, principais decisões da Direcção e outros factos relevantes da actividade federativa;
- b) Publicação atempada, no portal da FPB, dos resultados dos Campeonatos Nacionais, e das principais decisões de todos os órgãos federativos.
- c) O Prémio Mérito Desportivo – “Personalidade do Ano” de 2022 da Federação Portuguesa de Bridge foi atribuído a João Ferreira, pelo seu relevante papel como dirigente desportivo, pelas suas qualidades de relacionamento, pela sua capacidade de agregação de vontades e pelo seu contributo para o desenvolvimento do Bridge em Portugal.

## 2.5 - Ética, Justiça e Disciplina

Ver o ponto 2.6.F).

## 2.6 – Outros Órgãos Sociais da FPB

### A) Assembleia Geral

Realizaram-se por videoconferência as seguintes reuniões da Assembleia Geral da FPB:

- Assembleia Geral Ordinária, em 27/03/2022, destinada a aprovar o Relatório e Contas de 2021;
- Assembleia Geral Ordinária, em 28/11/2022, destinada a aprovar o Plano de Actividades e Orçamento para 2023.

Direcção

---



Instituição de Utilidade Pública

## **B) Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal acompanhou a execução orçamental da FPB e procedeu à elaboração de pareceres relativos ao Relatório e Contas de 2021 e ao Plano de Actividades e Orçamento para 2023.

## **C) Conselho Técnico**

Nada a assinalar.

## **D) Conselho de Arbitragem**

No âmbito das suas competências, o Conselho de Arbitragem (CA) procedeu à nomeação dos Directores de Torneio (DT) das provas nacionais. Manteve-se o critério da delegação às Associações Regionais da competência da nomeação dos DT dos respectivos campeonatos.

## **E) Conselho de Justiça**

Nada a assinalar.

## **F) Conselho de Disciplina**

No âmbito das suas funções, o Conselho de Disciplina (CD) teve a seguinte actividade:

- Autuação de 1 novo processo disciplinar;
- Emissão de 1 acórdão com sanção disciplinar.

## **2.7 – Relações Institucionais**

A FPB participou, através do seu Presidente, na Assembleia Geral da EBL, realizada em 18 de Junho no Funchal, no decorrer dos Europeus, na qual foi aprovado o Relatório de Contas da EBL de 2020-2021, discutido e aprovado o Orçamento para 2022, e onde foram eleitos o novo Presidente Eric Laurant e a nova Comissão Executiva da EBL, para um mandato de 4 anos.

No decorrer de 2022, a FPB, através do seu Presidente, após consulta prévia a todos os clubes da Associação de Bridge do Centro (ABC), liderou o processo de regularização nesta AR, com o objectivo de encontrar uma solução estatutariamente válida que permitisse desbloquear o impasse em que a mesma se encontrava nos últimos 2 anos.

Este processo terminou com a realização de uma AG Eleitoral, que decorreu no Centro Norton de Matos a 27 de Maio de 2022, e na qual foi eleita uma nova Direcção.

Para este efeito, a pedido da Federação, contou-se com a colaboração de Inocêncio Araújo, na sua qualidade de Presidente da Mesa da AG da FPB, que conduziu os trabalhos na reunião preparatória e na AG.

## **2.8 – Obituário**

Com profundo pesar, registamos o falecimento dos praticantes

Luísa Durão (2236)

Fernando Micaelo (1607)

John Freitas (2575)

António Peixoto (2910)

Pedro Loff (3081)

Luis Travassos (559)

Pedro Cassiano Neves (305)

João Saavedra (2770)

Direcção

---

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2022

### 3 - Análise da Actividade e da Posição Financeira

No período de 2022, os resultados espelham a actividade desenvolvida pela FPB., nomeadamente com os elevados encargos resultantes da participação nos Campeonatos da Europa, nos Mundiais e no Europeu de Juniores, em que pela primeira vez na nossa história competitiva tivemos 7 selecções em actividade no mesmo ano.

Os resultados apresentados mostram essa concentração, a par do enorme esforço que representou a organização dos Campeonatos da Europa no Funchal, sem que as contrapartidas previstas se tivessem verificado, contrariando as expectativas iniciais de impacto nulo nas contas da FPB.

#### **3.1 - Apresentação**

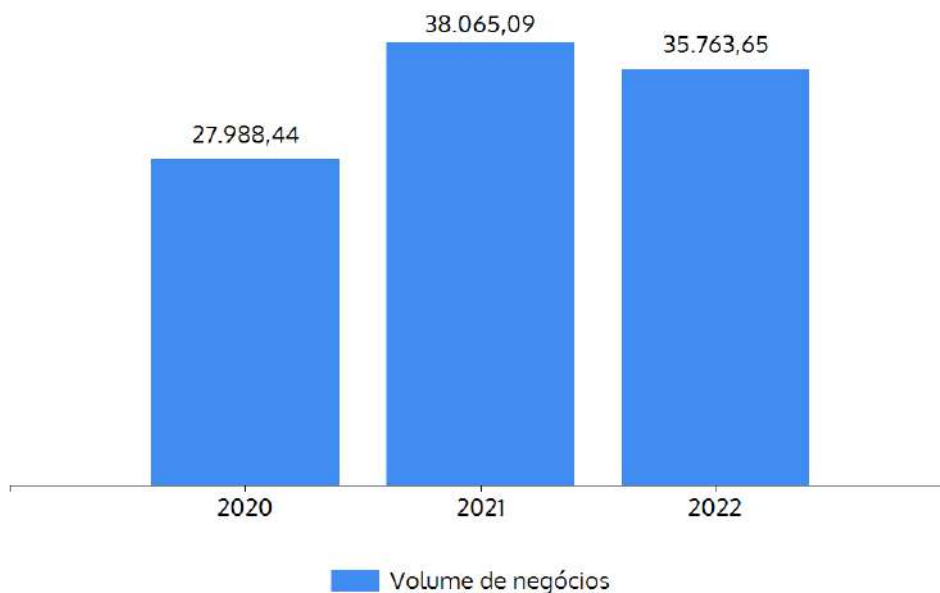
As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

Integram o presente relatório os seguintes documentos:

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração dos Fundos Patrimoniais
- Demonstrações Financeiras (**anexo I**)
- Mapa de gastos e rendimentos (**anexo II**)
- Certificação Legal das Contas (**anexo III**)
- Parecer do Conselho Fiscal (**anexo IV**).

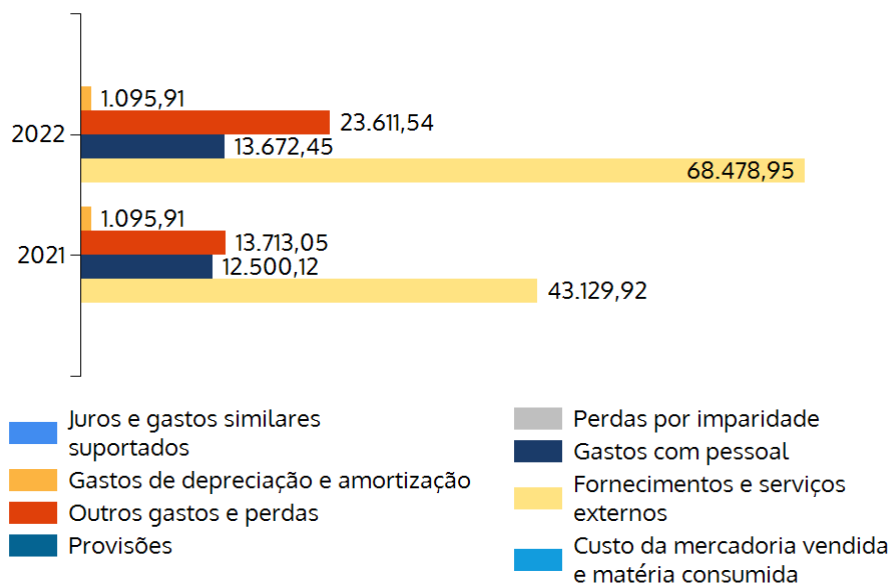
### 3.2 - Atividade e Posição Financeira

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



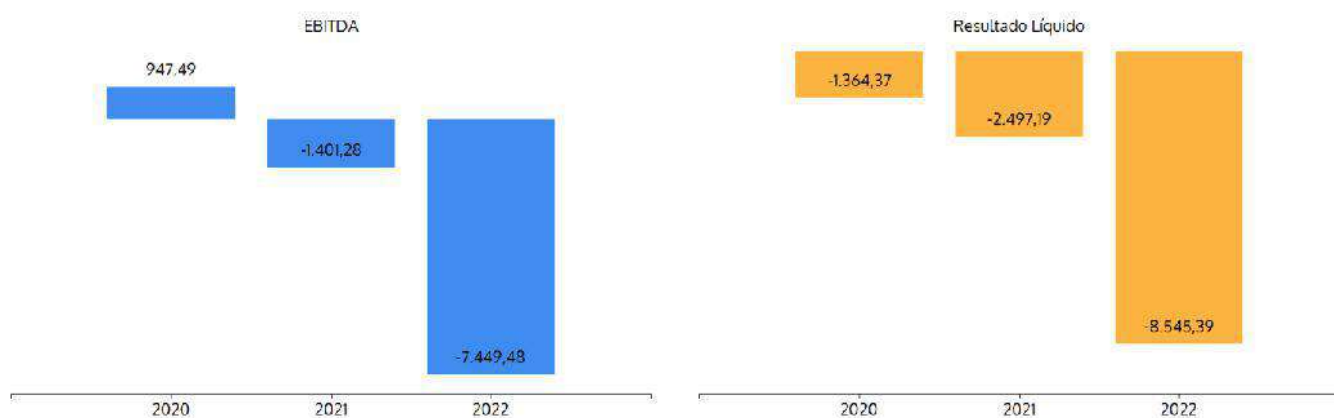
Itens	PERÍODO	
	2021	2022
Prestação de Serviços	38.065,09	35.763,65
Outros Rendimentos	29.876,72	62.549,81

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da federação:



Itens	PERÍODO	
	2021	2022
Fornecimentos e serviços externos	0,61	0,64
Gastos com pessoal	0,18	0,13
Outros gastos e perdas	0,19	0,22
Gastos de depreciação e amortização	0,02	0,01

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a federação apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Os rácios financeiros traduzem relações entre as contas do Balanço, da Demonstração de Resultados e da Demonstração dos Fluxos de Caixa. São úteis para sintetizar a imensa informação financeira e ajudar à tomada de decisão, sendo que, a partir da utilização de rácios, é possível avaliar a performance e a saúde financeira da federação ao longo de diferentes períodos.

**Autonomia Financeira:** mostra ao gestor qual a percentagem dos ativos que está a ser financiada por fundos patrimoniais. É um dos indicadores mais utilizados na análise financeira. Quanto mais reduzido for o valor obtido por este rácio, maior é a dependência da empresa de fundos alheios. Por exemplo, se o rácio apresentar valores inferiores a 0,2, significa que a federação envolve riscos acrescidos, enquanto valores superiores a 0,5 indicam que o seu risco é baixo e que apresenta solidez financeira.

Autonomia Financeira = Fundos Patrimoniais/Ativo

**Endividamento:** Este rácio compara os fundos em dívida com os detidos pela federação. É a medida da capacidade, da federação, para responder adequadamente às suas obrigações em relação aos seus credores. À medida que o rácio de endividamento se aproxima da relação 1:1, há muito maior equilíbrio de interesses.

Endividamento = Passivo/Ativo

**O Rácio de solvabilidade** é um rácio financeiro que indica a proporção relativa dos activos da federação financiados por fundos patrimoniais versus financiados por fundos alheios. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira da federação. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Solvabilidade = Fundos Patrimoniais / Passivo

**O Rácio de liquidez geral** é um rácio financeiro que mede a capacidade da federação de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a solvabilidade de curto prazo da federação, sendo desejável que o rácio ultrapasse pelo menos o valor de 1, significando que a federação tem pelo menos ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Liquidez Geral = Ativo corrente/Passivo corrente

Itens	PERÍODO		
	2020	2021	2022
Autonomia	-0,50	-0,73	-0,93
Solvabilidade	-0,33	-0,42	-0,48
Liquidez Geral	1,46	1,06	0,70

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da federação através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO		
	2020	2021	2022
Ativo não corrente	3.031,04	1.935,13	839,22
<i>Percentagem ativo não corrente</i>	<i>31,92%</i>	<i>19,06%</i>	<i>4,80%</i>
Ativo corrente	6.465,09	8.220,27	16.644,68
<i>Percentagem ativo corrente</i>	<i>68,08%</i>	<i>80,95%</i>	<i>95,20%</i>
<b>Total ativo</b>	<b>9.496,13</b>	<b>10.155,40</b>	<b>17.483,90</b>
Capital Próprio	-4.754,63	-7.445,82	-16.185,21
<i>Percentagem Capital Próprio</i>	<i>-50,07%</i>	<i>-73,32%</i>	<i>-92,57%</i>
Passivo não corrente	9.834,75	9.834,75	9.834,75
<i>Percentagem passivo não corrente</i>	<i>103,57%</i>	<i>96,84%</i>	<i>56,25%</i>
Passivo corrente	4.416,01	7.766,47	23.834,36
<i>Percentagem passivo corrente</i>	<i>46,50%</i>	<i>76,48%</i>	<i>136,32%</i>
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>9.496,13</b>	<b>10.155,40</b>	<b>17.483,90</b>

### 3.3 - Trabalhadores

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

Itens	PERÍODO		
	2020	2021	2022
Gastos com Pessoal	11.812,52	12.500,12	13.672,45
Nº Médio de Pessoas	1,00	1,00	1,00
Gasto Médio por Pessoa	11.812,52	12.500,12	13.672,45

### 3.4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

Comparativamente com o Orçamento de 2022, aprovado pela Assembleia Geral da FPB, a despesa global ficou 42.809,60 euros abaixo do valor orçamentado e a receita 34.296,78 euros abaixo do valor orçamentado, o que originou um resultado líquido de (8.545,39) euros no exercício de 2022, incluindo as amortizações.

Propõe-se a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Itens	PERÍODO
	2022
Resultados Transitados	-8.545,39
<b>Total</b>	<b>-8.545,39</b>

Se excluirmos as amortizações, o resultado operacional do exercício ascendeu a (7.449,48) euros.

### 3.5 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

### 3.6 - Considerações Finais

A Federação Portuguesa de Bridge não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Direção e os delegados à Assembleia Geral, nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

A FPB não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Direção assentaram em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela FPB.

Não existem dívidas em mora perante o sector público estatal, nem perante a Segurança Social.

A 15 de março de 2023

Pela Direção

Pedro Salgueiro  
(Presidente da FPB)

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		2022	2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	388,00	582,00
Ativos intangíveis	5	451,22	1.353,13
		<b>839,22</b>	<b>1.935,13</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Créditos a receber	9	11.424,00	6.842,52
Estado e outros entes públicos	11	5,49	5,49
Diferimentos	9	1.378,85	405,54
Caixa e depósitos bancários	12	3.836,34	966,72
		<b>16.644,68</b>	<b>8.220,27</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>17.483,90</b>	<b>10.155,40</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	9	7.481,97	7.481,97
Resultados transitados	9	-21.770,60	-19.273,41
Excedentes de revalorização	5;9	388,00	582,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	8;9	6.260,81	6.260,81
Resultado líquido do período		-8.545,39	-2.497,19
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>-16.185,21</b>	<b>-7.445,82</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	7	9.834,75	9.834,75
		<b>9.834,75</b>	<b>9.834,75</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	9	8.247,69	1.857,34
Estado e outros entes públicos	11	576,41	428,03
Outros passivos correntes	9;10	15.010,26	5.481,10
		<b>23.834,36</b>	<b>7.766,47</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>33.669,11</b>	<b>17.601,22</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>17.483,90</b>	<b>10.155,40</b>



RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	6	35.763,65	38.065,09
Subsídios, doações e legados à exploração	8	34.593,60	27.412,32
Fornecimentos e serviços externos	6	-68.478,95	-43.129,92
Gastos com o pessoal	10	-13.672,45	-12.500,12
Outros rendimentos	6	27.956,21	2.464,40
Outros gastos	6	-23.611,54	-13.713,05
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-7.449,48</b>	<b>-1.401,28</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-1.095,91	-1.095,91
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-8.545,39</b>	<b>-2.497,19</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-8.545,39</b>	<b>-2.497,19</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-8.545,39</b>	<b>-2.497,19</b>

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2022	2021
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u></b>	—		
Recebimentos de clientes e utentes		32.646,71	33.357,17
Pagamentos a fornecedores		65.751,99	40.387,96
Pagamentos ao pessoal	10	13.524,07	12.542,43
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>-46.629,35</u>	<u>-19.573,22</u>
Outros recebimentos/pagamentos		49.498,97	16.454,06
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>2.869,62</b>	<b>-3.119,16</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>	—		
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>			
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>	—		
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>			
<b><u>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</u></b>		<b>2.869,62</b>	<b>-3.119,16</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	966,72	4.085,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	<u>3.836,34</u>	<u>966,72</u>

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022</b>	<b>6</b>	<b>7.481,97</b>			<b>-19.273,41</b>	<b>582,00</b>	<b>6.260,81</b>	<b>-2.497,19</b>	<b>-7.445,82</b>		<b>-7.445,82</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>	<b>3</b>										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-2.497,19	-194,00		2.497,19	-194,00		-194,00
	7				-2.497,19	-194,00		2.497,19	-194,00		-194,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>8</b>							<b>-8.545,39</b>	<b>-8.545,39</b>		<b>-8.545,39</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>9=7+8</b>							<b>-8.739,39</b>	<b>-8.739,39</b>		<b>-8.739,39</b>
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>	<b>10</b>										
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022</b>	<b>6+7+8+10</b>	<b>7.481,97</b>			<b>-21.770,60</b>	<b>388,00</b>	<b>6.260,81</b>	<b>-8.545,39</b>	<b>-16.185,21</b>		<b>-16.185,21</b>

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021</b>	<b>1</b>	<b>7.481,97</b>			<b>-17.909,04</b>	<b>776,00</b>	<b>6.260,81</b>	<b>-1.364,37</b>	<b>-4.754,63</b>		<b>-4.754,63</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>	<b>3</b>										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-1.364,37	-194,00		1.364,37	-194,00		-194,00
	2				-1.364,37	-194,00		1.364,37	-194,00		-194,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>							<b>-2.497,19</b>	<b>-2.497,19</b>		<b>-2.497,19</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>							<b>-2.691,19</b>	<b>-2.691,19</b>		<b>-2.691,19</b>
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>	<b>5</b>										
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	<b>7.481,97</b>			<b>-19.273,41</b>	<b>582,00</b>	<b>6.260,81</b>	<b>-2.497,19</b>	<b>-7.445,82</b>		<b>-7.445,82</b>

## 1 - Identificação da entidade

### 1.1 - Dados de identificação

**Designação da entidade:** Federação Portuguesa de Bridge, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Federação Desportiva, reconhecida como uma instituição de Utilidade Pública Desportiva, conforme despacho publicado no Diário da República, pelo despacho 4860/2012 na 2ª Série de 9 de Abril de 2012.

**Número de identificação de pessoa coletiva:** 501302115.

**Lugar da sede social:** Rua Ramalho Ortigão, Carnaxide.

**Natureza da atividade:** Promoção, desenvolvimento, organização, regulamentação, direção e difusão do ensino e prática do Bridge.

A federação encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Carnaxide sob o número 501302115.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à federação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2022.

## 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL - Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março;

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

#### Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

#### Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

### Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

### Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

### 2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC- ESNL.

### 2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

## 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 3.1 - Principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos” .

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

### Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	4-8 anos
Equipamento transporte	4-8 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos

### Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

### Créditos a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

### Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

### Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

### Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 11 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) “os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas”:

Porém, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, “só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;
- Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

## 4 - Ativos fixos tangíveis

### 4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

#### 4.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 5 anos.

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	33.752,35	25.104,66	685,82	59.542,83
Depreciações acumuladas	33.170,35	25.104,66	685,82	58.960,83
<b>Saldo no início do período</b>	<b>582,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>582,00</b>
<b>Variações do período</b>	<b>-194,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-194,00</b>
<b>Total diminuições</b>	<b>194,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>194,00</b>
Depreciações do período	194,00	0,00	0,00	194,00
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>388,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>388,00</b>
Valor bruto no fim do período	33.752,35	25.104,66	685,82	59.542,83
Depreciações acumuladas no fim do período	33.364,35	25.104,66	685,82	59.154,83

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (2021):

Descrição	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	33.752,35	25.104,66	685,82	59.542,83
Depreciações acumuladas	32.976,35	25.104,66	685,82	58.766,83
<b>Saldo no início do período</b>	<b>776,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>776,00</b>
<b>Variações do período</b>	<b>-194,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-194,00</b>
<b>Total diminuições</b>	<b>194,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>194,00</b>
Depreciações do período	194,00	0,00	0,00	194,00
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>582,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>582,00</b>
Valor bruto no fim do período	33.752,35	25.104,66	685,82	59.542,83
Depreciações acumuladas no fim do período	33.170,35	25.104,66	685,82	58.960,83

## 5 - Ativos intangíveis

### 5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

#### 5.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos intangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Programas de computador	TOTAL
Valor bruto total no fim do período	2.970,45	2.970,45
Amortizações acumuladas totais no fim do período	2.519,23	2.519,23
Valor bruto no início	2.970,45	2.970,45
Amortizações acumuladas	1.617,32	1.617,32
<b>Saldo no início do período</b>	<b>1.353,13</b>	<b>1.353,13</b>
<b>Variações do período</b>	<b>-901,91</b>	<b>-901,91</b>
Amortizações do período	901,91	901,91
<b>Total diminuições</b>	<b>901,91</b>	<b>901,91</b>
<b>Saldo no final do período</b>	<b>451,22</b>	<b>451,22</b>

## 6 - Rendimentos e gastos

### 6.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

### 6.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	35.763,65	38.065,09
Outros réditos	62.549,81	29.876,72
<b>Total</b>	<b>98.313,46</b>	<b>67.941,81</b>

### 6.3 - Outros Rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é composta de acordo com o quadro abaixo:

Itens	PERÍODO		
	2020	2021	2022
<b>Outros Rendimentos</b>	<b>18.770,57</b>	<b>2.464,40</b>	<b>27.956,21</b>
Rendimentos Suplementares	17.983,16	2.270,40	27.669,96
Correções Relativas a Exercícios Anteriores			92,25
Outros	787,41	194,00	194,00



#### 6.4 - Outros Gastos

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

Itens	PERÍODO		
	2020	2021	2022
<b>Outros Gastos</b>	<b>19.993,08</b>	<b>13.713,05</b>	<b>23.611,54</b>
Impostos	3,68	1,80	5,11
Correções de Exercícios Anteriores	215,70	15,00	424,50
Quotizações	1.497,82	1.698,14	1.565,69
Outros	18.275,88	7.650,00	21.616,24

Os principais gastos incluídos em "outros", discriminam-se da seguinte forma:

**Apoios monetários** - 2.460,00 euros

**Provas Internacionais** - 15.050,00 euros

**Taxas de licenciamento** - 4.106,24 euros

#### 6.5 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
<b>Serviços especializados</b>	<b>18.347,61</b>	<b>21.147,71</b>
Trabalhos especializados	8.142,60	11.340,60
Publicidade e propaganda	615,00	0,00
Honorários	9.370,59	9.155,30
Conservação e reparação	91,82	575,61
Outros	127,60	76,20
<b>Materiais</b>	<b>3.521,01</b>	<b>334,15</b>
Material de escritório	344,33	334,15
Outros	3.176,68	0,00
<b>Energia e fluidos</b>	<b>1.759,23</b>	<b>1.604,55</b>
Eletricidade	1.267,08	1.100,82
Água	492,15	503,73
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>28.884,68</b>	<b>5.792,08</b>
Deslocações e estadas	28.404,68	5.432,08
Transportes de pessoal	480,00	360,00
<b>Serviços diversos</b>	<b>15.966,42</b>	<b>14.251,43</b>
Rendas e alugueres	13.994,08	11.634,60
Comunicação	1.008,01	1.608,03
Seguros	854,62	990,22
Contencioso e notariado	25,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	84,71	18,58
<b>Total</b>	<b>68.478,95</b>	<b>43.129,92</b>

## 7 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### 7.1 - Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Provisões - movimentos do período:

Descrição	Processos judiciais curso	Total
Saldo no início do período	9.834,75	9.834,75
Saldo no fim do período	9.834,75	9.834,75

No decorrer do ano de 2019 foi proferida a sentença pelo tribunal tributário de Lisboa que veio dar razão à Federação, no entanto a Autoridade Tributária recorreu da sentença situação pela qual as provisões se mantêm registada.

## 8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

### 8.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Governo relacionados com resultados são registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período
Subsídios à exploração	27.412,32	34.593,60	34.593,60
Valor dos reembolsos efetuados no período	27.412,32	34.593,60	34.593,60
De subsídios à exploração	27.412,32	34.593,60	34.593,60

Os subsídios à exploração para o ano de 2022 foram no montante de 34.593,60 euros, e foram atribuídos por as seguintes entidades:

IPDJ - 34.481,60 euros

IAPMEI - 112,00 euros

## 9 - Instrumentos financeiros

### 9.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

## 9.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

A variação ocorrida, nos anos de 2021 e 2022, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Saldo Final
Capital	7.481,97	0,00	7.481,97
Resultados transitados	-19.273,41	2.497,19	-21.770,60
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	582,00	194,00	388,00
Outros excedentes	582,00	194,00	388,00
Outras variações nos capitais próprios	6.260,81	0,00	6.260,81
Doações	6.260,81	0,00	6.260,81
<b>Total</b>	<b>-4.948,63</b>	<b>2.691,19</b>	<b>-7.639,82</b>

## 9.3 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao custo
<b>Ativos financeiros:</b>	<b>11.424,00</b>
Clientes e utentes	8.417,84
Outras contas a receber	3.006,16
<b>Passivos financeiros:</b>	<b>23.257,95</b>
Fornecedores	8.247,69
Outras contas a pagar	15.010,26

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL) - Quadro Comparativo (2021):

Descrição	Mensurados ao custo
<b>Ativos financeiros:</b>	<b>6.842,52</b>
Clientes e utentes	5.301,20
Outras contas a receber	1.541,32
<b>Passivos financeiros:</b>	<b>7.338,44</b>
Fornecedores	1.857,34
Outras contas a pagar	5.481,10

#### 9.4 - Gastos a Reconhecer

Os diferimentos de gastos a reconhecer apresentam o valor de 1.378,85 euros, os quais respeitam a gastos ocorridos em 2022 referentes ao período de 2022.

Identificação de diferimentos de gastos:

Nome / Descrição	Valor
Seguros	98,46
Alojamento	213,50
Aluguer equipamento	66,89
Outros	1.000,00

### 10 - Benefícios dos empregados

#### 10.1 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

A 31 de dezembro de 2022 o número de colaboradores era de 1.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para o funcionário.

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>13.672,45</b>	<b>12.500,12</b>
Remunerações do pessoal	11.152,48	10.567,60
Encargos sobre as remunerações	2.240,22	1.656,43
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	123,75	120,09
<b>Outros gastos com o pessoal, dos quais:</b>	<b>156,00</b>	<b>156,00</b>

Não existem dívidas para com os colaboradores.

### 11 - Impostos e contribuições

#### 11.1 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica do Estado e Outros Entes Públicos está conforme quadro em anexo.

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	2,49	0,00	2,49	0,00
Retenções efetuadas por terceiros	2,49	0,00	2,49	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	3,00	337,50	3,00	200,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	238,91	0,00	228,03
<b>Total</b>	<b>5,49</b>	<b>576,41</b>	<b>5,49</b>	<b>428,03</b>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da federação dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Federação entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Federação encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

## 12 - Fluxos de caixa

### 12.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	36,50	30,00	32,75	33,75
Depósitos à ordem	930,22	89.019,27	86.146,90	3.802,59
<b>Total</b>	<b>966,72</b>	<b>89.049,27</b>	<b>86.179,65</b>	<b>3.836,34</b>

### 12.2 - Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

## 13 - Outras divulgações

### 13.1 - Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da direção

b) Indicação sobre se os associados, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Os associados detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

### 13.2 - Acontecimentos após a data de balanço

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

ANEXO II - MAPA DE GASTOS E RENDIMENTOS

GASTOS E PERDAS						Orçamento 2022		Realizado 2022	
90					<b>Organização e Gestão da FPB</b>		<b>44 352,05</b>		<b>42 809,60</b>
90	1				Gastos de Organização e Gestão				
90	1	1			Fornecimentos e Serviços				
90	1	1	1		Trabalhos Especializados				
90	1	1	1	1	Contabilidade	5 977,80		6 398,46	
90	1	1	1	2	Revisão e Certificação de Contas	1 230,00		1 230,00	
90	1	1	1	3	Assistência Técnica	800,00		671,38	
90	1	1	2		Honorários	6 240,00		4 680,00	
90	1	1	3		Serviços Bancários	120,00		132,71	
90	1	1	4		Conservação e Reparação das Instalações e Equipamentos				
90	1	1	4	1	Limpeza, Higiene e Conforto	600,00		634,67	
90	1	1	4	2	Electricidade	1 200,00		1 267,08	
90	1	1	4	3	Água	500,00		492,15	
90	1	1	4	4	Reparações	0,00		91,82	
90	1	1	5		Material de Escritório	450,00		344,33	
90	1	1	6		Deslocações e Estadias	0,00		0,00	
90	1	1	7		Transporte do Pessoal	480,00		480,00	
90	1	1	8		Rendas e Alugueres				
90	1	1	8	1	Instalações	9 600,00		9 600,00	
90	1	1	8	2	Equipamentos	664,20		871,84	
90	1	1	9		Despachos e Portes	54,05		2,75	
90	1	1	10		Comunicações	1 050,00		768,76	
90	1	1	11		Seguros das instalações	100,00		80,01	
90	1	1	12		Domínio e alojamento portal FPB	200,00		236,50	
90	1	2			Gastos com Pessoal				
90	1	2	1		Remunerações do Pessoal	10 800,00		8 822,44	
90	1	2	2		Encargos Sobre Remunerações	2 150,00		1 765,30	
90	1	2	3		Seguros de Acidentes de Trabalho	200,00		123,75	
90	1	2	4		Segurança e Medicina no Trabalho	156,00		156,00	
90	1	3			Quotizações Nacionais e Internacionais				
90	1	3	1		WBF	600,00		501,00	
90	1	3	2		EBL	800,00		684,69	
90	1	3	3		CDP	380,00		380,00	
90	1	3	4		COP	0,00		0,00	
90	1	4			Deslocação de Delegados à Assembleia Geral	0,00		0,00	
90	1	5			Gastos e Perdas de Financiamento				
90	1	5	1		Juros Suportados	0,00		0,00	
90	1	5	2		Serviços Bancários	0,00		0,00	
90	1	6			Contencioso e Notariado	0,00		1 298,05	
90	1	7			Impostos	0,00		0,00	
90	1	8			Despesas de Representação	0,00		0,00	
90	1	9			Correcções relativas a períodos anteriores	0,00		0,00	
90	1	10			Gastos de depreciação e amortização	0,00		1 095,91	
91					<b>Desenvolvimento da Actividade Desportiva</b>		<b>10 839,00</b>		<b>11 333,51</b>
91	1				Gastos do Desenvolvimento da Actividade Desportiva				
91	1	1			Entrega às AR de 25% das taxas licenciamento				
91	1	1	1		Associação Regional de Bridge Lisboa (inclui Sul)	3 125,00		2 673,74	
91	1	1	2		Associação Regional de Bridge Norte	1 000,00		787,50	
91	1	1	3		Associação Regional de Bridge Centro	500,00		322,50	
91	1	1	4		Associação Regional de Bridge Madeira	400,00		322,50	
91	1	1	5		Associação Regional de Bridge Açores	0,00		0,00	
91	1	2			Festivais e Outras Provas Particulares				
91	1	2	1		Grande Prémio de Portugal	0,00		0,00	
91	1	2	2		Outros Festivais	0,00		0,00	
91	1	2	3		Outras provas	0,00		0,00	
91	1	3			Provas Nacionais				
91	1	3	1		Arbitragem	1 400,00		2 495,65	
91	1	3	1	1	Honorários				
91	1	3	1	2	Deslocações e Estadias				
91	1	3	2		Utilização de Equipamento Informático	0,00		0,00	
91	1	3	3		Aluguer de Salas	1 200,00		3 365,00	
91	1	3	4		Material de Desgaste Rápido	0,00		0,00	
91	1	3	5		Prémios e Troféus	200,00		0,00	
91	1	3	6		Deslocações e Estadias	0,00		167,51	
91	1	4			Aquisição de Equipamento Desportivo	1 464,00		0,00	
91	1	5			Divulgação do Bridge	400,00		0,00	
91	1	6			Captação de Novos Praticantes	100,00		0,00	
91	1	7			Fidelização de Praticantes	100,00		0,00	
91	1	8			Seguro dos Praticantes	950,00		774,61	

ANEXO II - MAPA DE GASTOS E RENDIMENTOS

91	1	9			Correcções Relativas a Períodos Anteriores	0,00		424,50	
91	1	10			Gastos de Depreciação e Amortização	0,00		0,00	
92					<b>Formação</b>		<b>6 900,00</b>		<b>6 403,36</b>
92	1				Gastos de Formação				
92	1	1			Bridge Escolar	4 000,00		5 005,53	
92	1	1	1		Honorários				
92	1	1	2		Deslocações e Estadias				
92	1	1	3		Material Pedagógico				
92	1	1	4		Equipamento Desportivo				
92	1	2			Jovens e Universitários (P1)	1 000,00		0,00	
92	1	2	1		Honorários				
92	1	2	2		Deslocações e Estadias				
92	1	2	3		Material Pedagógico				
92	1	3			Outros Praticantes (P2)	500,00		0,00	
92	1	3	1		Honorários				
92	1	3	2		Deslocações e Estadias				
92	1	4			Árbitros (P2)	1 300,00		1 397,83	
92	1	4	1		Honorários				
92	1	4	2		Deslocações e Estadias				
92	1	4	3		Material Pedagógico				
92	1	5			Outros agentes (Professores e Dirigentes - P2)	100,00		0,00	
92	1	5	1		Honorários				
92	1	5	2		Deslocações e Estadias				
92	1	5	3		Material Pedagógico				
93					<b>Seleções Nacionais</b>		<b>19 965,00</b>		<b>15 773,51</b>
93	1				Inscrições				
93	1	1			Seleção Open	3 000,00		3 500,00	
93	1	2			Seleção Feminina	2 500,00		2 500,00	
93	1	3			Seleção Sénior	0,00		2 500,00	
93	1	4			Seleção Júnior	0,00		0,00	
93	1	5			Seleção Mista	2 000,00		2 538,00	
93	2				Deslocações e Estadias				
93	2	1			Seleção Open	7 965,00		1 032,36	
93	2	2			Seleção Feminina	4 500,00		3 153,15	
93	2	3			Seleção Sénior	0,00		500,00	
93	2	4			Seleção Júnior	0,00		0,00	
93	2	5			Seleção Mista	0,00		0,00	
93	3				Preparação				
93	3	1			Aluguer de Salas	0,00		0,00	
93	3	2			Deslocações e Estadias	0,00		0,00	
93	3	3			Inscrições	0,00		50,00	
95					<b>Campeonato da Europa de Equipas</b>		<b>36 163,00</b>		<b>25 397,18</b>
95	1				Arbitragem	7 098,00		1 677,35	
95	2				Duplicação de Jogos	4 240,00		0,00	
95	3				Transmissão Online	22 770,00		15 631,78	
95	4				Viagem e estadia presidente da FPB	2 055,00		1 593,09	
95	5				Equipamento Desportivo	0,00		1 515,00	
95	6				Apoio Desportivo e Administrativo	0,00		4 364,96	
95	7				Comunicação e Imagem	0,00		615,00	
96					<b>Campeonato do Mundo de Equipas</b>		<b>6 028,00</b>		<b>5 141,69</b>
96	1				Inscrição	4 000,00		4 000,00	
96	2				Deslocação	1 328,00		648,00	
96	3				Transfers	700,00		493,69	
					<b>TOTAL DE GASTOS E PERDAS</b>		<b>124 247,05</b>		<b>106 858,85</b>

## ANEXO II - MAPA DE GASTOS E RENDIMENTOS

RENDIMENTOS E GANHOS						Orçamento 2022	Realizado 2022
90	2				<b>Rendimentos de Organização e Gestão</b>	<b>42 290,00</b>	<b>34 296,78</b>
90	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas		
90	2	1	1		IPDJ	9 000,00	10 750,00
90	2	1	2		Instituto da Segurança Social/IAPMEI	0,00	112,00
90	2	2			Quotizações		
90	2	2	1		Agrupamentos de Clubes		
90	2	2	1	1	Associação Regional de Bridge Lisboa (inclui Sul)	1 125,00	1 275,00
90	2	2	1	2	Associação Regional de Bridge Norte	600,00	525,00
90	2	2	1	3	Associação Regional de Bridge Centro	600,00	525,00
90	2	2	1	4	Associação Regional de Bridge Madeira	375,00	375,00
90	2	2	1	5	Associação Regional de Bridge Açores	0,00	0,00
90	2	2	2		Praticantes		
90	2	2	2	1	Associação Regional de Bridge Lisboa (inclui Sul)	12 500,00	10 740,00
90	2	2	2	2	Associação Regional de Bridge Norte	4 000,00	3 150,00
90	2	2	2	3	Associação Regional de Bridge Centro	2 000,00	1 290,00
90	2	2	2	4	Associação Regional de Bridge Madeira	1 600,00	1 290,00
90	2	2	2	5	Associação Regional de Bridge Açores	0,00	0,00
90	2	3			Cedência de Material	1 000,00	893,88
90	2	4			Cedência de Instalações	900,00	900,00
90	2	5			Duplicação de Jogos e Diagramas	1 500,00	1 288,85
90	2	6			Apoio às Arbitragens	1 000,00	0,00
90	2	7			Recuperação de Pontos de Ranking e Transferências	90,00	0,00
90	2	8			Donativos	6 000,00	0,00
90	2	9			Recuperação de Gastos de Contencioso	0,00	895,80
90	2	10			Correcções Relativas a Períodos Anteriores	0,00	92,25
90	2	11			Outros Rendimentos		194,00
91	2				<b>Rendimentos do Desenvolvimento da Actividade Desportiva</b>	<b>57 000,00</b>	<b>46 752,62</b>
91	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas		
91	2	1	1		IPDJ	7 500,00	7 125,00
91	2	1	2		Outras Entidades	0,00	0,00
91	2	2			Provas Nacionais		
91	2	2	1		Organizadas pela FPB	9 000,00	9 082,75
91	2	2	2		Organização Delegada	2 500,00	1 317,00
91	2	3			Homologações		
91	2	3	1		Festivais	3 500,00	1 593,00
91	2	3	2		Torneios Particulares	2 000,00	2 792,80
91	2	3	3		Simultâneos	0,00	0,00
91	2	3	4		Provas Regionais Não Isentas	1 000,00	547,05
91	2	3	5		Provas Online	6 500,00	1 261,05
91	2	4			Donativos		
91	2	4	1		Grande Prémio de Portugal	0,00	0,00
91	2	4	2		Outros	25 000,00	14 170,00
91	2	5			Outros Rendimentos		
91	2	5	1		Arbitragem	0,00	0,00
91	2	5	2		Apoio Técnico	0,00	8 863,97
92	2				<b>Rendimentos da Formação</b>	<b>7 000,00</b>	<b>5 416,67</b>
92	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas		
92	2	1	1		IPDJ - Prática Desportiva Juvenil	5 000,00	5 416,67
92	2	1	2		IPDJ - Formação de Recursos Humanos	2 000,00	0,00
92	2	2			Inscrições em Acções de Formação	0,00	0,00
93	2				<b>Rendimentos das Selecções Nacionais</b>	<b>2 500,00</b>	<b>5 865,79</b>
93	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas		
93	2	1	1		IPDJ	2 500,00	5 208,33
93	2	2			Donativos	0,00	0,00
93	2	3			Recuperação de Gastos	0,00	657,46
95	2				<b>Campeonato da Europa de Equipas</b>	<b>12 657,05</b>	<b>5 981,60</b>
95	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas		
95	2	1	1		IPDJ	12 657,05	5 981,60
96	2				<b>Campeonato do Mundo de Equipas</b>	<b>2 800,00</b>	<b>0,00</b>
96	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas		
96	2	1	1		IPDJ	2 800,00	0,00
					<b>TOTAL DE RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>124 247,05</b>	<b>98 313,46</b>





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Federação Portuguesa de Bridge, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 17.484 euros e um total dos fundos patrimoniais negativos de 16.185 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 8.545 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

Chamamos a atenção para o facto do balanço da Federação Portuguesa de Bridge no presente exercício apresentar um ativo corrente inferior ao passivo corrente em cerca de 7.190 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias

#### Responsabilidades da direção pelas demonstrações financeiras

O órgão da direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações



não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

Em nossa opinião, o Relatório da Direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 23 de março de 2023

**Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 181)**  
**representada por:**

  
**Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC n.º 929)**  
**Registado na CMVM com o n.º 20160546**